



Boletim Goiano de Geografia

E-ISSN: 1984-8501

boletimgoianogeo@yahoo.com.br

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Rodrigues Moreira, Jorgeanny de Fátima; da Silva, Clarinda Aparecida
PAISAGEM URBANA E ÁREAS VERDES: CONTEXTO DOS PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA
Boletim Goiano de Geografia, vol. 32, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 239-254
Universidade Federal de Goiás
Goiás, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127362014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PAISAGEM URBANA E ÁREAS VERDES: CONTEXTO DOS PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA

URBAN LANDSCAPE AND GREEN AREAS: CONTEXT OF THE URBANS PARKS OF GOIÂNIA

PAISAJE URBANA Y ÁREAS VERDES: CONTEXTO DEL PARQUES URBANOS EN GOIÂNIA

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira - Universidade Federal de Goiás - Goiânia - Goiás - Brasil
jorgeannyf@hotmail.com

Clarinda Aparecida da Silva - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
- Goiânia - Goiás - Brasil
clarindas@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a evolução do conceito de paisagem, a partir da análise da apropriação dessa categoria nos dias de hoje. As reflexões aqui apresentadas terão como objeto de estudo as áreas verdes, que têm sido foco da mídia turística e da administração pública municipal, que as utilizam para vender a imagem de qualidade de vida na capital. Além disso, buscam, por meio de intensa divulgação, atrair investimentos do mercado nacional e internacional para desenvolver atividades econômicas ligadas ao turismo e à construção civil. Essas iniciativas transformam a natureza na cidade – que deveria estar ligada à qualidade ambiental, em virtude de amenizar os impactos advindos da crescente e desordenada urbanização – em “fetiche” e objeto de fascinação dos apreciadores da paisagem dos parques urbanos.

Palavras-chave: paisagem, áreas verdes, natureza, qualidade ambiental.

Abstract

This article aims to discuss the evolution of the concept of landscape and ownership of this category. The ideas presented here will have as its object of study, the green areas of Goiania, which has been the focus of media and government tourist city using the urban parks of the capital to sell the picture quality of life. Also, look through highly publicized, attracting investment from the domestic market for these activities. These initiatives will transform the nature in the city - which should only be linked to environmental quality, because of mitigating the impacts from increasing urbanization and disorderly - in “fetish” and object of fascination for apreciates of the landscape of the urbans parks.

Keywords: landscape, green areas, nature, environmental quality.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la evolución del concepto de paisaje y la propiedad de esta categoría hoy en día. Las ideas que aquí se presenta tiene como objeto de estudio, las áreas verdes de Goiania, que ha sido el foco de los medios de comunicación y de la ciudad turística del gobierno con los parques urbanos de la capital para vender la calidad de la imagen de la vida. Además, mirar a través de mucha publicidad, atraer la inversión de la economía nacional para estas actividades. Estas iniciativas se va a transformar la naturaleza en la ciudad - que sólo debería estar vinculada a la calidad ambiental, debido a la mitigación de los impactos de la urbanización creciente y desordenada - en “fetiche” y el objeto de fascinación para los amantes del paisaje de los parques urbanos.

Palabras clave: paisaje, áreas verdes, naturaleza, de calidad ambiental.

Introdução

As discussões acerca do conceito de paisagem remontam ao século XIX, desenvolvidas por várias áreas do conhecimento, incluindo a Geografia, que adquiriu nessa mesma época o status de ciência. Entretanto, esses estudos não partiram da ciência geográfica, uma vez que eles antecederam a institucionalização da Geografia na academia.

De acordo com Myanaki (2003, p. 13), “os termos *paysage*, *paesaggio*, *paisaje* e paisagem são contemporâneos ao momento em que a paisagem começa a ser explorada por artistas”. Inexistindo formas para registrar a imagem das paisagens do lugar explorado, os artistas o fizeram por meio da pintura.

A Geografia Tradicional – que compreende o período de 1870 até a década de 1950 e tem como método o determinismo ambiental e o possibilismo – admite a paisagem como a integração de fatores físicos, biológicos e culturais. Os fatores culturais referem-se às transformações provocadas pela ação antrópica.

A partir de Humboldt – um dos pioneiros no estudo da paisagem, relacionando-a com a vegetação –, outras concepções acerca dessa categoria surgiram, bem como algumas ideias sobre seu significado e sua função. A partir da década de 1920, Carl Sauer avança nesses estudos ao propor os processos humanos como um dos modificadores e modeladores da paisagem. Segundo Solórzano et. al. (2009, p. 52), “Sauer define paisagem como uma forma da terra na qual não ocorre apenas uma modelagem física, mas sim uma associação desta aos processos culturais da sua transformação”.

Os processos culturais, isto é, a relação homem-paisagem, também estão ligados ao sentido estético que envolve a paisagem. Esse valor “estabelece uma dependência do objeto em relação ao sujeito porque, definitivamente, é este quem determina, mediante seu próprio juízo, se o objeto possui ou não qualidade estética” (Boullón, 2002, p. 120). Beni (2003, p. 395) reafirma o valor estético impregnado no uso da paisagem, pois “a primeira coisa que se faz quando se aprecia a qualidade de uma paisagem é avaliar a sua beleza”.

Por isso, “a idéia de paisagem vai se firmando cada vez mais como um mosaico de elementos naturais e não-naturais, passíveis de serem captados pelos sentidos humanos” (Polette, 1999, p. 85). O termo paisagem possui um significado mais amplo e complexo do que apenas o valor

estético, referindo-se a tudo que a vista abarca, a ambientes construídos ou naturais, mas também é composta por elementos intangíveis e inclui valores e significados.

A paisagem possui características próprias de cada época. Ela é modificada de acordo com a necessidade do homem, o qual é responsável por sua apropriação, uma vez que é ele quem estabelece o uso de determinado espaço. Além disso, a paisagem não é constituída apenas por elementos perceptíveis para o observador, pois “inclui conceitos abstratos e outros componentes que podem passar despercebidos para o observador” (Boullón, 2002, p. 118).

O processo de intervenção do homem para a construção de novas paisagens urbanas e culturais é fundamental. Segundo Carlos (2007, p. 43), “a paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz”. É constituída por um processo de mudança, marcada por transformações sociais e pode ser caracterizada como humana, social e histórica.

Será a partir da análise pessoal e percepção da paisagem que o indivíduo fará uso do ambiente frequentado. O que é passível de ser vivenciado e utilizado é diferente para cada observador, pois cada pessoa sofre influências sociais e culturais diversificadas e transmite seus valores ao avaliar aquilo que observa.

Um dos casos que exemplificam essa situação são os parques urbanos, no sentido de paisagem de espaços públicos. Eles são produzidos para gerar conforto, bem-estar social e agregar características de paisagem natural no interior do meio urbano. Esse movimento surgiu na Europa durante o Renascimento e representava um retorno à vida no campo. Henrique (2009, p. 119) explica que esse fenômeno é uma “imitação da natureza nos jardins”, pois desenvolve a ideia de que há uma tranquilidade proveniente das paisagens do campo.

A criação dos parques urbanos teve importância por cumprir um papel meramente social, já que exerceia a função de proporcionar lazer e descanso. As atividades intensas e aceleradas das cidades geram elevados índices de estresse e irritabilidade, por isso, “as áreas verdes são associadas a tranquilidade e segurança da vida no campo” (Andrade, 2001, p. 27).

A necessidade de espaços urbanos, com atenção especial à predominância de vegetação, foi mais intensa durante a Revolução Industrial,

já que a intervenção do homem sobre o meio ambiente se intensificou nesse período. Além disso, a modificação da área natural se deu com a ampliação de áreas ocupadas e os impactos sobre a natureza (Andrade, 2001, p. 19). Henrique (2009, p. 118) considera a natureza no meio urbano um “fetiche”, algo criado para supervalorizar as áreas que são ditas ecologicamente saudáveis e para gerar uma boa imagem para quem a idealiza. O autor defende que

a natureza na cidade, cujo elemento caracterizador será a vegetação, está confinada no desenho urbano a uma espécie de metonímia da natureza. Uma natureza racionalizada, uma natureza construída, não uma representação direta da natureza, mas sim um modelo de natureza historicamente construído pela técnica, pela ciência, pela cultura, pela prática e pela ideologia. (Henrique, 2009, p. 118)

Nesta perspectiva, os parques urbanos são criados para suprir determinadas necessidades, tanto para os habitantes de uma cidade – que irão usufruir esses espaços para lazer, descanso e contemplação – quanto para a realização de metas estabelecidas pelas políticas públicas de uma região. Segundo Andrade (2001, p. 3), a produção desses espaços tem por finalidade questões políticas, que utilizam o marketing para promover a cidade ou as ações sociais e culturais.

É válido ressaltar o valor estético dessas paisagens e a importância que têm por incentivar a conservação das áreas verdes. Os parques urbanos, além de proporcionar bem-estar social, cumprem o papel de promover a qualidade de vida da população residente. As cidades precisam dessas áreas para amenizar os impactos decorrentes do acelerado crescimento urbano.

Parques urbanos no contexto da cidade Goiânia

Os parques urbanos são definidos por Serpa (2007, p. 45) como “lugares naturais modificados pela ação do homem para fins estéticos”. Para o autor, o espaço público urbano “ultrapassa o *design* físico das ruas, praças, parques, largos, *shoppings centers* e prédios públicos” (Serpa, 2007, p. 16). A palavra “público” designa um espaço acessível a todos. Portanto, os espaços públicos com áreas verdes possibilitam o convívio social, marcado por encontros, descanso, lazer, meditação e prática de exercícios físicos.

As mudanças comportamentais iniciadas nos últimos trinta anos, ocasionadas pelo aumento do ritmo de trabalho e pelo crescimento vertiginoso das principais capitais, “revigoraram o uso dos parques ao aglutar novos significados ao lazer e à recreação ao ar livre” (Barcellos, 2000, p. 2). Existe, neste contexto, uma forte relação dos parques urbanos com a estética e a qualidade ambiental da cidade, mas também apresenta um sentido de ideário ambientalista, social e cultural.

No caso de Goiânia, desde sua construção houve a preocupação em criar espaços de lazer para toda a população, constituída predominantemente por operários, políticos e empresários. Todavia, com a expansão da cidade houve a necessidade de produzir mais espaços como esses, segregando parte dos frequentadores nas regiões em que residiam.

Um fato importante na criação dos parques urbanos foi a preocupação com as questões ambientais. Essas estratégias parecem recentes no contexto nacional, mas foram ponto marcante para a concepção da nova capital. Goiânia foi construída sob os moldes da cidade-jardim concebida por Howard, na Inglaterra. Essa concepção busca no planejamento urbano estabelecer aproximação entre o homem e a natureza, uma vez que o meio natural pode proporcionar bem-estar físico e psicológico ao homem.

Pedro Ludovico, idealizador de Goiânia, almejou um projeto audacioso que pudesse agregar modernidade, conforto e beleza à nova capital de Goiás. Com o apoio de arquitetos contratados para esse fim, planejou uma cidade com todas as características urbanas (com seus mercados, indústrias, teatros, hotéis e residências) em consonância com o verde. De acordo com Moysés (2004, p. 117), o plano original de Goiânia estava

previsto inicialmente quase um 1/3 da área da cidade ocupada por espaços inteira ou parcialmente arborizadas. Isto é, dos 1082 ha. da área projetada, 375 ha. seriam considerados *espaços livres* (34,6%) e, desses, 162 ha. (43,2%) exclusivamente *parques ways*, jardins, *playgrounds* e áreas destinadas a esportes.

Assim, desde o início da construção de Goiânia a presença de áreas verdes tinha o propósito estético e paisagístico, além de tornar a cidade mais propícia ao lazer e ao bem-estar social. Atualmente, os parques urbanos em Goiânia são considerados, tanto pela administração pública como pelo mercado imobiliário, capazes de amenizar todos os impactos causados pelo crescimento desordenado da cidade. Além disso, são explorados com a finalidade de propor qualidade de vida à população.

A Prefeitura de Goiânia, representada pela Agência Municipal do Meio Ambiente, argumenta que as medidas ambientais na capital são decorrentes de sérios problemas socioambientais, oriundos do processo acelerado e desordenado da urbanização. Em razão do acelerado crescimento urbano, a população de baixa renda invade áreas públicas destinadas à conservação.

Esses argumentos estão mais bem fundamentados no Plano Diretor de Goiânia, o qual apresenta alguns critérios para a conservação de áreas verdes. São exemplos de prioridades do Plano: a requalificação dos parques já existentes, a implantação de novos parques para o uso público e a colocação em prática do Plano Diretor de Arborização.

Portanto, o Plano de Arborização de Goiânia é resultado da proposta de implantação de parques urbanos e conservação das áreas verdes de Goiânia. Uma das medidas contempladas pelo Plano foi a criação e conservação de Unidades de Proteção Sustentável e Unidades de Conservação.¹ Essas áreas têm a finalidade de amenizar problemas ambientais provocados pela ocupação desordenada do solo urbano, já que o descaso com o meio ambiente colocaria em risco a qualidade de vida da população.

Esse Plano forma um conjunto de métodos e medidas adotadas pela administração pública municipal para a conservação e a implantação de novos parques urbanos. Segundo o referido Plano, os aspectos positivos da arborização urbana são: a estabilização microclimática; a redução das ilhas de calor, da poluição atmosférica e da poluição sonora; o aprimoramento da paisagem urbana; a valorização de imóveis; e a contribuição para o equilíbrio mental e físico do homem.

A administração pública de Goiânia coloca a implantação de parques urbanos na capital como uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. No entanto, o Plano de Arborização manifesta o interesse da implantação desses espaços para a valorização do solo urbano.

Os programas elaborados pela Agência Municipal do Meio Ambiente têm o objetivo de atingir todo o âmbito social e investe maciçamente no marketing da qualidade de vida na cidade (Figura 1).

Essas imagens positivas da paisagem são valorativas. Os parques urbanos valorizam as áreas de seu entorno e atraem a atenção de novos investidores do mercado imobiliário.

**Tribuna
Campineira**

ESTA SEMANA SUA VIDA: I Mês de seu Páid-Ráios em de 40X pelo Cartão DINHEIRO.

Apartamentos em Goiás Confira aqui as melhores opções de empreendimentos para compra e venda.

Vagas de Emprego Abertas Seu novo emprego está aqui. 200.000 vagas abertas.

Página Inicial | Tecnologia | Campinas | Goiânia | Goiás | Brasil | Cultura | Economia | Entretenimento | Entrevista | Esporte | Artigos

Home > **Goiânia** > **PARQUE CASCABEL FOI CONSTRUÍDO COM RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

PARQUE CASCABEL FOI CONSTRUÍDO COM RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

QUA, 26 DE AGOSTO DE 2009 16:23

Foto: Mauro Júnio A Prefeitura de Goiânia inaugura o Parque Cascavel, através da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) neste domingo, 30, às 17h, no Setor Jardim Atlântico. O 15º parque é uma obra financiada pelas duas construtoras Goldfarb e a Tripoli, em regime de compensação ambiental.

Esse mecanismo financeiro tem o objetivo de compensar os efeitos de impactos ambientais não-mitigáveis. A compensação ambiental pode ser aplicada tanto no ato do licenciamento ambiental de um empreendimento ou atividade potencialmente poluidora (a), ou quando ocorre um dano ambiental efetivo. No caso, o responsável pelo empreendimento, atividade ou dano ambiental firma um termo de compromisso com a AMMA, onde ele deverá financiar a implantação e a manutenção das unidades de conservação, destinando para tanto um valor que não seja inferior a 0,5% do custo total do empreendimento.

A unidade verde localizada no Jardim Atlântico, na Região Macambira/Anicuns, em uma área que abriga uma das nascentes mais importantes para os mananciais da cidade: a nascente do

FIGURA 1 - Construtoras investem na implantação do Parque Cascavel para a valorização das áreas construídas.

Fonte: Tribuna Campineira (2009).

Goiânia: áreas verdes e qualidade de vida

A arborização de uma cidade pode ser um dos elementos capazes de contribuir com a qualidade de vida da população, pois são inúmeros os benefícios ocasionados pela presença de áreas verdes em uma área urbana. Segundo Martins Júnior (1996, p. 58), alguns dos benefícios promovidos pela arborização urbana são:

- A melhoria e a estabilidade microclimática, pela redução das amplitudes térmicas e da insolação direta, pela ampliação das taxas de evapotranspiração e pela redução da velocidade dos ventos;
- A redução da poluição visual e a melhoria da paisagem, tanto pela ação de anteparo visual como por constituir elemento especial de referência e estruturação do espaço urbano;
- A redução da poluição sonora, quer pelo seu efeito físico de anteparo à propagação do som, quer pelo seu efeito psicológico de proteção;

- A valorização econômica das propriedades, pela agregação de valores indiretos e de qualidade ambiental e paisagística aos imóveis;
- A melhoria das condições de saúde física e mental da população, como consequência dos efeitos anteriores.

A qualidade de vida de uma sociedade está ameaçada quando os cidadãos estão expostos à poluição visual, sonora, industrial e veicular, gerando o agravamento das mudanças climáticas. Jesus e Braga (2005, p. 208) afirmam que,

sendo um indicador de qualidade ambiental, a vegetação atua associada a outros indicadores (qualidade do ar, da água, solos, fauna e clima) como elemento indispensável ao equilíbrio, seja na manutenção de algumas condições vigentes desejáveis seja nas ações que visem à melhoria da qualidade de vida em áreas mais comprometidas. Dessa forma, a importância das áreas verdes como indicador de qualidade ambiental reflete-se nas funções que estas desempenham no ambiente urbano.

Assim, a implantação, ou manutenção, de áreas verdes passa a ter significados de conforto, segurança e harmonia para seus visitantes. A contemplação da paisagem desses espaços adquire significados para quem a observa. Todavia, essa relação está interligada a uma imagem já estabelecida e a uma importância já anteriormente atribuída a esses espaços. Nas palavras de Lynch (1997, p. 7):

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado aquilo que vê.

Enquanto observador, o frequentador busca por uma imagem agradável e capaz de proporcionar paz e tranquilidade, uma vez que “uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional” (Lynch, 1997, p. 5). As imagens que remetem a esse conforto e segurança psicológica são associadas aos parques pela mídia, que focaliza Goiânia como a capital do verde. Isso ocasiona certo interesse por parte dos moradores que buscam por segurança, lazer e hábitos mais saudáveis.

Todavia, não são todos os parques de Goiânia que possuem infraestrutura e equipamentos passíveis de proporcionar lazer à população. Os parques que possuem maior número de equipamentos para recreação, iluminação adequada e serviços de segurança estão localizados em áreas nobres da capital (Figura 2).

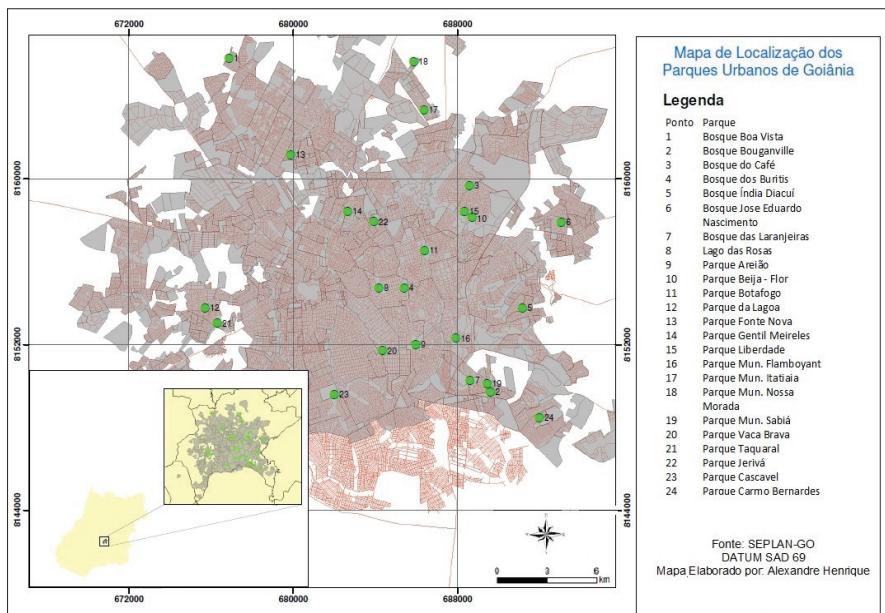


Figura 2 - Mapa de localização dos parques de Goiânia

Fonte: Organizado por Jorgeanny de Fátima R. Moreira;
elaborado por Alexandre Henrique (março 2012).

Os parques 9, 16 e 20 (Vaca Brava, Flamboyant e Areião) localizam-se na região Sul, uma área considerada nobre. Atualmente, é onde se concentram os principais investimentos do mercado imobiliário. O parque 4 (Bosque dos Buritis) localiza-se no Setor Oeste (bairro nobre) e é considerado um ponto estratégico da capital, pois está nas proximidades do Setor Central e dos setores Sul e Universitário, que possuem acesso a todas as regiões da capital. Esse parque (Figuras 3 e 4) é um dos cartões postais de Goiânia, uma vez que fica próximo ao Centro de Convenções, ao Terminal Rodoviário e aos principais hotéis da cidade.



Figura 3 - Parque Infantil - Bosque dos Buritis, Região Central de Goiânia

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).



Figura 4 - Fonte com jato de água medindo 40 metros de altura - Bosque dos Buritis

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).

O parque 11 (Botafogo) localiza-se entre os setores Central, Vila Nova e Leste Universitário. Ele abriga o principal centro de diversão da capital (Parque Mutirama) e fica próximo a universidades e escolas particulares de ensino básico. O parque 8 (Lago das Rosas) fica localizado no Setor Oeste, nas proximidades do Setor Aeroporto. É um dos parques mais antigos da cidade e fica próximo ao Zoológico de Goiânia. É próximo a

vários hospitais, bancos e supermercados. Foi revitalizado e recebeu uma nova estrutura de iluminação e segurança em 2010.

Os parques 10 e 15 (Parques Beija Flor e Liberdade) estão situados no Setor Jaó, um dos bairros onde o metro quadrado é o mais valorizado da capital goiana. O parque 23 (Cascavel), um dos últimos construídos em Goiânia, foi financiado pelo capital imobiliário, pelo regime de compensação ambiental. Os demais parques ficam distribuídos nas áreas mais afastadas do centro e dos bairros nobres.

A maioria dos bairros populares possui um parque para visitação e práticas de lazer, mas a infraestrutura é inferior ao daqueles localizados nas regiões nobres da capital. São áreas com pouca iluminação pública e segurança. Os equipamentos para a prática de exercícios físicos estão danificados e a área próxima dos lagos fica tomada pelo mato. Portanto, é possível que essas áreas recebam pouca atenção da administração pública municipal por causa do menor índice de visitação e também por situarem-se em regiões mais afastadas do centro da capital.

O Parque Vaca Brava (79.890,63 m²) e o Parque Flamboyant (130.000,00 m²) são exemplos de áreas que recebem atenção especial da administração pública. O primeiro está localizado no Setor Bueno, um dos bairros mais nobres da capital; já o segundo localiza-se no Jardim Goiás, onde se concentram os principais investimentos das construtoras. Além disso, ambos estão próximos aos dois maiores shopping centers de Goiânia, portanto, o fluxo de visitação é sempre alto.



Figura 5 - Pista de Cooper interna e prédios em construção - Parque Flamboyant

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).



Figura 6 - Lago do Parque Vaca Brava (dois prédios em construção)

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).

A acessibilidade das comunidades da região periférica a esses parques é difícil, uma vez que é preciso se locomover de seus bairros, por meio do transporte público, em busca de lazer em pontos com melhor qualidade. Já os parques situados em bairros populares, com tanta debilidade em infraestrutura – faltam iluminação e segurança pública, os equipamentos do parque infantil são insuficientes, a água do lago não é tratada –, não atendem as necessidades de lazer ou bem-estar social aos seus frequentadores.



Figura 7 - Área Interna do Parque Fonte Nova, entre os bairros Vila Finsocial e Jardim Fonte Nova

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).



Figura 8 - Área Interna do Parque Fonte Nova, entre os bairros Vila Finsocial e Jardim Fonte Nova

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).



Figura 9 - Lago do Parque Fonte Nova. Região Noroeste de Goiânia

Fonte: Foto de Jorgeanny de Fátima R. Moreira (janeiro 2010).

Apesar dessas diferenças entre os parques de áreas nobres e periféricas (populares), Goiânia é divulgada pela mídia local como a capital mais verde do país e a primeira cidade em qualidade de vida. Muitos investimentos em mídia, tanto por parte do poder público como das construtoras, intensificam a valoração das áreas ligadas ao lazer, já que “os parques urbanos contribuem também para dar prestígio a determinadas

áreas da cidade, revalorizando sua imagem e encarnando uma espécie de ‘paz consensual’” (Serpa, 2007, p. 85).

Contudo, o uso e a apropriação que a população faz desses espaços nem sempre dão aos parques o conteúdo e o significado atribuído pela publicidade turística e pelos administradores locais.

Considerações finais

A qualidade de vida da população de grandes capitais do país está cada vez mais relacionada com a quantidade de espaços públicos destinados ao lazer, ao descanso e ao contato com a natureza. Tendo em vista esses aspectos, as áreas verdes têm a função de proporcionar distração, conforto e prazer à população, além das finalidades meramente estéticas.

As áreas verdes são também importantes para o equilíbrio ambiental, em virtude de suas consequências benéficas para o microclima e para o conforto térmico, acústico e visual. No entanto, as áreas verdes de Goiânia não apresentam apenas características ligadas à qualidade ambiental e à qualidade de vida da população, pois constituem também uma fonte importante de divulgação da cidade, como recurso apropriado pelo mercado imobiliário e turístico.

É uma imagem associada à concepção de espaço público como um cenário destinado à fascinação dos usuários. Essas características demonstram a supervalorização do lugar, e não apenas pela qualidade ambiental. Assim, a natureza na cidade transforma-se, portanto, em um “fetiche”, a partir de seu uso pela mídia e pelos projetos políticos.

Nota

1. As Unidades de Conservação são áreas destinadas à proteção ambiental que podem ser passíveis de uso, porém, restrito e bem delimitado, para conter a degradação de espécies que devem ser mantidas. Elas são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Nas Unidades de Proteção Sustentável estão: Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Ver: Afonso (2003).

Referências

- AFONSO, M. As comunidades tradicionais e as unidades de conservação. *Revista Espiral*, São Paulo, ano 4, n. 14, jan./fev./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/espiral/placa14.htm>>. Acesso em: 20 maio 2010.
- AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE GOIÂNIA. *Parques e bosques*. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/amma/index.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2010.
- ANDRADE, R. V. *O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- BARCELLOS, V. Q. *Os novos papéis do parque público: o caso dos parques de Curitiba e do projeto Orla de Brasília*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/fau/pos-graduacao/paranoa/edicao2000/parques/parques.html>>. Acesso em: 17 out. 2009.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 2003.
- BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- GOIÂNIA. Agência Municipal de Meio Ambiente. *Plano diretor de arborização urbana de Goiânia*. Goiânia, 2008. 134 p.
- HENRIQUE, W. *O direito a natureza*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- JESUS, S. C.; BRAGA, R. Análise Espacial das Áreas Verdes Urbanas da Estância de Águas de São Pedro-SP. *Caminhos de Geografia* – Revista on-line, ISSN: 1678 – 6343. out. 2005. Disponível em: <www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo19_vol16.pdf>. Acesso em: 29 set. 2009.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTINS JUNIOR, O. P. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB, 1996.
- MARTINS JUNIOR, O. P. *Arborização urbana e qualidade de vida: classificação dos espaços livres e áreas verdes*. Goiânia: Kelps/UCG, 2007.
- MOYSÉS, A. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- MYANAKI, J. *A paisagem no ensino de Geografia*: uma estratégia didática a partir da arte. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-03012005-124908/>>. Acesso em: 17 out. 2009.
- POLLETTE, M. Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito. *Revista Turismo – Visão e Ação*, n. 3, ano 2, p. 83-94, abr./set. 1999. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1190>>. Acesso em: 17 out. 2009.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R. R.; GUEDES-BRUNI, R. R. Geografia, história e ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. *Ambiente e Sociedade*, v. XII, n. 1, p. 49-66, jan./jul., Campinas, 2009.

TRIBUNA CAMPINEIRA. *Parque Cascavel foi construído com recursos da compensação ambiental*. Goiânia, 12 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.tribunacampineira.com.br/goiania/1176-parque-cascavel-foi-construído-com-recursos-de-compensação-ambiental>.

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira - Graduanda do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - Mestre em Geografia pela mesma instituição.

Clarinda Aparecida da Silva - Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Recebido para publicação em abril de 2012

Aceito para publicação em setembro de 2012